

SESSÕES DO PLENÁRIO

4ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de janeiro de 2020.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelinho Veiga, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões: 105ª e 107ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 16 e 18/12/2019; e 24ª extraordinária, realizada em 16/12/2019.

Em discussão as atas que acabam de ser anunciadas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. Hilton Coelho: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Peço uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.ª será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, esta sessão de hoje, que está dentro do calendário da convocação extraordinária, tem o objetivo de fazer com que o nosso requerimento de prioridade tramite. É lógico que um requerimento de prioridade tem apenas o objetivo de reduzir os prazos regimentais, já que ele não altera, efetivamente, a proposta. Não haverá um debate da proposta neste momento.

Nesse sentido, queria pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes neste plenário, porque há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, de iniciativa do deputado Hilton Coelho.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para propor que pudéssemos incluir no Regimento aquilo que havíamos combinado no passado, ou seja, que os pedidos de verificação de quórum para a continuidade da sessão fossem feitos a partir da conclusão do Pequeno Expediente. Isso é necessário para não inviabilizarmos o debate que acontece durante o pinga-fogo aqui no plenário.

Então eu queria, assim que a gente retorne às sessões normais, que a Mesa Diretora da Casa apreciasse esse tema, que é importante. O Pequeno Expediente, na realidade, surgiu para proteger a Minoria, mas, às vezes, eu vejo aqui o inverso. Ao invés de gerar essa proteção, ele passa a ser um momento para impedir que a sessão ocorra. Então eu queria pedir que V. Ex.^a levasse à Mesa Diretora esse debate, no sentido de garantir o Pequeno Expediente como instrumento, repito, de preservação dos debates, principalmente, para a Minoria nesta Casa.

Pois bem, peço a todos os deputados e deputadas que estão na Casa que se façam presentes ao plenário, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quórum, de iniciativa do deputado Hilton, que pede que coloquemos 21 Sr.^{as} e Srs. Deputados neste plenário.

Peço a todos os deputados e deputadas que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca, enfim, nos diversos locais desta Casa que se façam presentes para atender essa solicitação de verificação de quórum.

Sr. Presidente, queria ainda que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental e fizesse soar as campainhas. Também peço que chame nominalmente cada deputado e cada deputada, para que a gente possa dar essa atenção ao deputado Hilton, dando quórum para a continuidade desta sessão.

Lembrando a V. Ex.^a que hoje vai ter uma sessão extremamente importante no TRE...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ainda não deferi a questão de ordem. Só posso marcar o tempo depois de deferir. Ainda não deferi essa questão de ordem, não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) Sei que V. Ex.^a irá conduzir os trabalhos...

O Sr. Bobô: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) de forma correta, para que assim a gente possa fazer uma visita ao TRE por volta das 16h.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Bobô; depois, o deputado Targino Machado.

O Sr. Bobô: Gostaria de fazer um comentário que considero absolutamente importante e preocupante. Dados da ONG britânica Oxfam revelam que no ano passado 2.153 bilionários do mundo concentraram mais dinheiro do que 60% da população do planeta. Realmente, é o mundo dos desiguais, não é? A concentração de riqueza é absolutamente infame no que se refere aos avanços sociais. Esse relatório foi publicado hoje durante o Fórum de Davos, na Suíça.

Essa mesma ONG britânica também fez referências às desigualdades econômicas no Brasil, no ano de 2017...

Sr. Presidente, só para concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): A palavra está assegurada a V. Ex.^a, deputado.

O Sr. Bobô: (...) Repito, essa mesma ONG também fez um estudo com relação à desigualdade no Brasil, que se aprofunda cada vez mais.

Seis bilionários deste país, o nosso querido Brasil, concentram uma riqueza equivalente à de metade da nossa população, ou seja, à de 100 milhões de brasileiros.

Na realidade, é algo muito preocupante para quem, verdadeiramente, se preocupa com as causas sociais, se preocupa com um país mais justo, com um Brasil mais justo. E a gente entende que é absolutamente necessário que haja um esforço de concentração muito grande do governo federal, dos governos estaduais e municipais para que a gente possa implementar mais políticas nesse campo, no campo social, sobretudo na educação e também, claro, no enfrentamento à desigualdade com relação às mulheres, porque quem paga o preço maior sobre isso, deputada Olívia, são as mulheres, por conta da dupla e terceira jornadas. Então o prejuízo muito maior é na questão de gênero.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer pelo tempo, mas eu acho que é muito importante uma reflexão, inclusive, com relação à desigualdade no nosso estado, para a gente se aprofundar cada vez mais, porque a concentração de riquezas em Salvador e região metropolitana é absurdamente grande, comparado, claro, às demais regiões.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu quero deixar registrado aqui a controvérsia, porque há controvérsia na fala do Líder. Concordo, em parte, com o que ele falou, o Líder Rosemberg, mas não posso deixar de colocar minha posição de forma recorrente, até porque sempre que são contrariados os interesses do Líder Rosemberg, ele aparece com essa questão do despacho para a mudança do Regimento Interno da Casa.

O Regimento da Casa não foi feito para atender à Maioria nem Minoria, foi feito para... como sinalizador, como manual de instruções desta Casa. O Pequeno Expediente, de fato, é horário reservado aos Srs. Deputados que, por inscrição, tem o direito de falar por até 5 minutos, e não há nenhum dispositivo regimental, não há nenhuma explicação que possa me convencer, nunca houve até aqui, dessa história de que, durante o Pequeno Expediente, não se pode exercitar um direito regimental de verificação de quórum. Nisso eu tenho que concordar com o meu filho ingrato e caminhar no sentido de ir ao encontro dos interesses dele. É direito do deputado Hilton solicitar a verificação de quórum, e estou eu aqui para defender, de novo, os interesses do filho ingrato.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^{as}... Defiro o requerimento de V. Ex.^a. Peço para zerar o painel e marcar os 15 minutos, convido todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes no plenário, onde há um pedido de verificação de quórum de continuidade da presente sessão formulado pelos deputados Hilton Coelho e Rosemberg Pinto.

Eu convido todos os parlamentares que estejam em quaisquer...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tem que abrir aí o painel, porque ele não abriu. Não está marcando...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já... já está aberto...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, mas não marca. Está dando painel fechado...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está marcando já.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Agora.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu convido todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências deste Poder para que se façam presentes no plenário, onde há um pedido de verificação de quórum de continuidade da presente sessão formulado pelos deputados Hilton Coelho e Rosemberg Pinto.

Deputado Rosemberg, V. Ex.^a solicita que a gente leve à Mesa esta sugestão? Vamos assim proceder. Mas acho que acaba sendo, de fato, uma manobra regimental.

Nós já temos as presenças de 24 Srs. Deputados.

Então, nós iremos iniciar com o primeiro orador inscrito que é o deputado Tom.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Sr. Presidente e deputado Nelson Leal, demais deputados e deputadas, imprensa e todos que nos assistem agora, eu uso esta tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, primeiro, para dizer que esses projetos que vêm do governo do estado são projetos para destruir o povo baiano, para destruir. Tá? Eu fiquei triste, muito triste, com o projeto que esta Casa aprovou acerca dos policiais militares e dos bombeiros.

E esta Casa tem que ter muita tranquilidade, porque o que está sendo votado nesta Casa é algo truculento, Sr. Presidente. Eu uso esta tribuna para falar mais uma vez o seguinte. O projeto da Previdência tramitado em Brasília teve diálogo. Os deputados passaram 6 meses conversando e dialogando, deputado Targino Machado e

demais presentes. Eles acertavam um ponto ou tiravam uma causa em outro ponto ou colocavam outro ponto adiante. Diziam por exemplo “aqui é melhor”!

Mas, aqui na Bahia, não! Aqui, eu estou vendo coisa bem diferente nesta Casa, pois estão empurrando goela abaixo para a gente votar!

Então, isso é uma tristeza!

Povo da Bahia, este é o momento em que vocês têm de acordar. Nós vamos passar por um processo político este ano. Vocês têm de estar bem atentos em relação ao que o governo do estado está fazendo com os senhores e com as senhoras para não votar nessas pessoas que têm votado contra o funcionário público!

Então, esta é Casa do Povo! Esta Casa é onde se prepara os projetos, e esses vão direcionados para o povo. O governo do estado usa a força que ele tem, deputado Marcell, e traz um projeto para destruir o povo. Muitas vezes, a Casa vai e vota.

Mas vou dizer mais uma vez: não vai ter o meu DNA nesses projetos que vêm de encontro ao povo! Eu não posso aceitar isso de jeito e de maneira nenhuma. Com a saúde da forma que está, com a segurança da forma que está, eu não posso. Eu não tenho legalidade para votar a favor desses projetos, projetos truculentos que vêm destruir a família, que vêm destruir o povo da Bahia. Está aqui o meu repúdio, repito, está aqui o meu repúdio! Essas PECs são do mal! Está aqui o meu repúdio. Essas PECs vêm não sei de onde para destruir as pessoas e para destruir o povo da Bahia!

Então, é com tristeza que uso esta tribuna, é com muita tristeza.

Mas, povo da Bahia, abram os seus olhos! Tirem a escama que está em cima dos seus olhos! Este é o momento de mudança. Nós temos que mudar porque quando você dá poder a uma pessoa que quer se perpetuar no poder, é isso que vocês estão recebendo aí. Há projetos para serem votados goela abaixo! E, diga-se de passagem, não passou nem uma... nada para o projeto! Realmente, não passaram nada. Desceu goela abaixo, desceu naturalmente, deputado Marcell, para destruir o povo!

Então, não vou me calar com uma situação desta que está acontecendo na Bahia como esta convocação extraordinária. Nós temos de estar nesta Casa para votar a favor de projetos para valorizar e para beneficiar o governo do estado.

E, aí, eu vi os deputados usando a tribuna e vi, também, deputado da Situação do Sr. Governador falando e falando da Previdência. Mas, lá, todo mundo foi ouvido. Aqui, não! Aqui, há uma Maioria da forma que ele bem quer.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mas eu vou, aqui, mais uma vez, dizer que não coloquei as minhas digitais. Repito, quero registrar que não coloquei as minhas digitais no projeto – tá? – que esta Casa votou, que foi o dos policiais militares. Não tem meu DNA. Quero deixar bem claro. Não tem e não terá o meu DNA nesses projetos para destruir a família.

Mas eu quero concluir as minhas palavras dizendo que hoje é uma segunda-feira forte, uma segunda-feira forte de janeiro, na qual esta Casa está trabalhando. Mas fique atento, pois vamos ficar atentos para esta votação.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quero concluir minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da tribo de Judá! Ó, glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Capitão Alden.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, visitantes nas Galerias e profissionais de imprensa, eu gostaria de dar ciência a uma indicação ao governador do estado da Bahia, protocolado no ano passado. Trata-se da Indicação n.º 23.408 que indica ao governador do estado da Bahia a inclusão dos bombeiros militares, policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários – agora intitulados policiais penais –, agentes de trânsito dos municípios e, também, os guardas civis municipais na lista de grupo de prioridade quanto às campanhas de vacinação.

Nós sabemos que, em breve, estaremos iniciando os preparativos para os eventos do Carnaval, micaretas, carnavais fora de época e outros tantos eventos nos quais há grande concentração de público nos demais diversos eventos em toda a Bahia.

Então, a polícia e todos os órgãos que acabei de citar são os órgãos da administração pública que mais lidam, direta e constantemente, com o povo. Além das suas atribuições constitucionais, o policial militar passou a exercer funções que extrapolam a sua singular condição de guardião da sociedade. Sem dúvida, os policiais estão em exposição a risco biológico, probabilidade de contaminação por doenças das mais variadas e danosas à sua saúde.

Infelizmente, a Bahia é um dos poucos estados em que os policiais militares, os policiais civis e os bombeiros militares, além de não serem previamente vacinados para manter contato com a população, não somente a população a ser atendida pelos policiais nas suas múltiplas ocorrências, mas também aquela população que vai solicitar atendimento a esses policiais em ocorrências.

Então, esses agentes de segurança pública vão ter contato com um grande número de turistas, com um grande número de pessoas nos mais diversos circuitos e nos mais diversos ambientes de festa na Bahia. Inclusive, o policial pode, ao retornar à sua casa, expor os seus familiares a risco biológico, quando não contaminarem os seus familiares.

Então é importante que tanto o prefeito ACM Neto quanto os demais prefeitos dos demais municípios onde estão agendados os eventos e as festas populares possam manter contato com as secretarias municipais de saúde, a fim de, juntamente com eles, os secretários municipais de saúde poderem verificar uma agenda para esses profissionais poderem, no prazo regular, fazer as vacinações devidas para que eles estejam devidamente imunizados para que possam servir e proteger toda a sociedade.

Então, fica o meu registro não somente para o prefeito ACM Neto como também para os demais prefeitos das regiões onde já estão programados eventos de grande população e de grande público. Assim, o governador do estado deve acionar a Secretaria Estadual da Saúde para que ele possa, também, iniciar uma campanha ou,

até mesmo, inserir esses profissionais no rol de prioridades e não apenas os agentes ligados à área de saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson leal): Com a palavra a próxima oradora inscrita, a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, jornalistas que ocupam também e fazem, melhor dizendo, a cobertura desta sessão, servidores da Casa, quero saudá-los nesta segunda-feira. E iniciar fazendo referência a uma questão que considero muito importante, deputado Rosemberg, que foi a lei que nós aprovamos... O projeto de lei do Executivo que nós aprovamos na semana passada, o qual garante a acumulação da gratificação de regência escolar com a gratificação especial para o exercício do cargo de diretor de unidade escolar, foi muito bem recebido pelos profissionais de educação na rede estadual de ensino.

Entretanto, cometemos talvez uma pequena injustiça que é possível corrigir, porque na verdade a lei só está falando do professor que assume a função de diretor, mas além do professor os coordenadores pedagógicos também têm a mesma prerrogativa de poder exercer o cargo de diretor. A gratificação do coordenador é diferente, chama-se gratificação pelo exercício da função e não a gratificação por regência escolar. Então, há um pleito, uma demanda desse segmento de que também lhe seja assegurado o mesmo benefício que é dado aos professores, já que pela lei também é assegurado aos coordenadores pedagógicos exercerem a profissão, a função, melhor dizendo, de diretores de unidades escolares.

É muito importante que haja um reparo, não é nada, na minha opinião, que vá criar qualquer encargo maior para o Executivo, já que o Executivo trata os coordenadores da mesma forma que os professores. Só que como no texto da lei fala apenas de professor e não também de coordenador pedagógico, nós precisaríamos fazer essa pequena retificação, talvez enviando uma nova mensagem, a gente fez até... O nosso mandato aqui, atendendo ao pleito feito pelas coordenadoras e coordenadores pedagógicos, fez uma indicação aqui apresentada hoje nesta Casa para o governador Rui Costa, pedindo que mande essa retificação do texto, ampliando o mesmo direito dos professores à coordenadora, ao coordenador pedagógico, para que a profissão de coordenador também não seja prejudicada, não fique numa situação de desnível em relação aos professores, aos profissionais que são professores e estão em sala de aula. E que, portanto, esse seja um direito de todos os profissionais de educação que podem exercer o cargo de diretor de unidade escolar, que possam acumular as gratificações, seja a gratificação de regência, seja a gratificação do exercício da função de coordenador pedagógico.

Quero aqui também me referir a uma perda importante que nós tivemos, não poderia deixar de registrar nesta Casa, o falecimento de um profissional muito querido da área de educação. Foi estudante de Brumado, do nosso interior de Brumado, o André Santos, que faleceu subitamente e hoje há toda uma mobilização. Ele estava em

tratamento em Salvador e hoje há uma mobilização de profissionais da Universidade Federal da Bahia, principalmente, no sentido de fazer cotização, todos nós participamos, para dar a André, estudante negro, homossexual...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que sempre enfrentou grandes situações de discriminação, que teve uma situação brutal de pobreza, de miséria, e que infelizmente passou por essa situação de perder a sua vida tão jovem. O enterro será amanhã às 16 horas, no Cemitério do Campo Santo, e fica aqui o nosso registro por termos perdido esse profissional da educação que era tão amado por toda a comunidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) acadêmica da Universidade Federal da Bahia e de outras instituições universitárias.

Obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para falar de mais uma iniciativa, mais uma atitude, ou intenção do governador Rui Costa, de desmonte da máquina pública, de um dos grandes patrimônios do povo baiano.

Hoje respondemos ao chamado, eu, o deputado Marcelino Galo, o deputado Robinson Almeida... Parece que foi isso, não foi, Marcelino? O deputado Joseildo também, o deputado federal Joseildo, à convocatória em defesa do saneamento básico baiano. Uma atividade realizada pelo Observatório de Saneamento Público Baiano, pela Central Única dos Trabalhadores e pelo nosso combativo Sindae.

A ameaça que paira já nos discursos do governador Rui Costa vai em duas direções. A primeira, as parcerias público-privadas, nós sabemos o que elas significam. A guarida que é dada pelo poder público, com todas as vantagens para que a iniciativa privada tenha todas as vantagens, garantias do seu investimento. Então é aquele acordo em que o ente público entra com tudo, com garantias inclusive para viabilizar financiamentos, cobrir possíveis perdas e o ente privado entra apenas como beneficiário desse processo.

A segunda movimentação do governo – essa foi discutida de maneira mais aprofundada hoje – é a possibilidade de o governo abrir o capital da Embasa colocando cerca de 42% das ações da empresa no mercado financeiro. E aí é óbvio que isso é a rota da privatização, porque esse conjunto de iniciativas vão apresentando para a empresa aquele caminho. Como nós dissemos, citando Maiakovsky, hoje, no primeiro momento eles vêm e roubam uma flor e, ao final de tudo, vão cortar o pescoço do nosso povo, que vai perder, principalmente nas pequenas cidades, o direito ao abastecimento de qualidade e ao saneamento.

Para nós é uma situação extremamente grave, que precisa da mobilização da sociedade, porque nós sabemos o que significa abrir o capital da Embasa para o

mercado financeiro. A empresa começa a funcionar a partir da motivação do lucro, e não da prestação de serviço.

Hoje a arquitetura que é montada pela Embasa parte do pressuposto de que as cidades, que são cidades que podem garantir o superávit da empresa, de alguma forma, elas fazem também o subsídio das cidades onde a empresa não consegue ser superavitária. Uma vez servindo ao senhor da iniciativa privada, nós perderemos isso, e os pequenos municípios perderão o serviço da Embasa, perderão, de cara já, a Cerb, que está duramente ameaçada, apesar do trabalho maravilhoso que realiza nos quatro cantos da nossa Bahia.

Então, é um pedido de socorro. Esta Casa precisa fazer uma audiência pública junto com a Câmara federal. Foi um compromisso, me parece, assumido também pelo deputado federal Joseildo para abirmos esse debate, convidarmos a sociedade da maneira mais ampla possível e o governo para se explicar do ponto de vista das intenções.

A água é vida. A água não pode ser mercadoria, e o Psol estará engajado profundamente nessa luta com todos e todas que assumirem essa batalha, a começar pelos deputados que estavam hoje respondendo a esse chamado do conjunto de organizações.

Quero marcar aqui também a nossa presença hoje na manifestação dos ativistas contra o fechamento do Colégio Odorico Tavares. Quero ressaltar aqui a repercussão da carta do companheiro Jean Wyllys endereçada ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Ivete Sangalo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) na qual ele cobra um posicionamento em relação ao que chamou de desgraça. Desgraça social é o significado do fechamento do Colégio Estadual Odorico Tavares como um fechamento emblemático, como uma movimentação emblemática do governo que caracteriza a sua iniciativa em relação a um conjunto de escolas que passam pelo mesmo trajeto: é bloqueio de matrícula,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) argumentação de evasão por parte do governo e perspectiva de fechamento de escolas.

A Bahia, que possui mais de 30% da sua juventude fora das escolas, não pode se conciliar com esse comportamento do governador: privilegiar a especulação imobiliária, vendendo uma escola que é uma referência, inclusive do Ideb da Bahia, a partir de um processo...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) artificial de bloqueios de matrículas e suposta denúncia, externalização do esvaziamento da escola para se fechar o Odorico Tavares. Mas o Odorico Tavares é emblemático. Ele é apenas a ponta do *iceberg* do projeto maior do governo, que é o de fechar centenas, como já vem fechando, centenas de escolas na nossa Bahia.

Então, um forte abraço ao companheiro Jean Wyllys, que fez esse pedido de posicionamento a autoridades públicas, mas também um chamado ao conjunto da sociedade para dizer que o Odorico não pode fechar, e que nós precisamos enfrentar isso que o companheiro Jean classificou como uma desgraça social,...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) que é o fechamento das escolas do nosso estado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Declino, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O próximo inscrito é o deputado Tiago Correia.

(Pausa)

Como não tem mais nenhum inscrito no Pequeno Expediente, Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do Psol para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

Quem é que V. Ex.^a indica, deputado Hilton?

O Sr. Hilton Coelho: Eu mesmo...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ah! um prazer escutá-lo novamente.

O Sr. HILTON COELHO: (...) que não sou filho, muito menos ingrato em relação ao DEM. O DEM é um partido ingrato com o povo brasileiro por estar fazendo tudo, nacionalmente, e aqui estar conciliando também, aliás, de maneira coerente com o que se fez nacionalmente com essa reforma da Previdência.

Mas eu quero ocupar esta tribuna, aqui, aproveitar os poucos 2 minutos do Psol para marcar que nesta Casa hoje estão transitando muitos... muitos procuradores que são organizados por entidades específicas no intuito de tentar barrar mais um absurdo feito pelo governador Rui Costa. Aliás, é uma operação desmonte, e dessa vez parece que o governador quer desmontar a própria Procuradoria do estado. É o PLC 139/2019, que altera a Lei Complementar n.º 43/2017 e amplia o percentual que pode ser reduzido dos honorários da Procuradoria em caso de programas ordinários ou especiais de recuperação de crédito de 50% para 75%.

Essa proposta pode encontrar uma incompreensão muito grande da sociedade, e nós estivemos em contato com os procuradores para entender o que significa a proposta. Em verdade, deputada Fabíola, esses honorários, o grosso desses recursos, vão para um fundo de manutenção da própria Procuradoria. Para se ter ideia, esse fundo vem viabilizando custeio, investimento na Procuradoria e, inclusive, uma complementação das remunerações mais baixas dos trabalhadores que hoje estão executando serviços da Procuradoria. Então, é mais uma operação de desmonte da máquina pública.

Eu concluo por aqui, Sr. Presidente, dizendo que o nosso voto será contrário e peço a atenção...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do conjunto dos deputados e deputadas, das procuradoras e procuradores do estado da Bahia. Eles estão clamando pela garantia de que a nossa Procuradoria não seja desmontada. Essa é a operação que o governador Rui Costa pode fazer aprovando o PLC 139/2019, e que vocês, deputados e deputadas, podem inviabilizar, podem obstaculizar, se ouvirem os procuradores e procuradoras do estado da Bahia. Eu peço essa atenção porque a nossa Procuradoria é muito valiosa para ser esvaziada pelo governador Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, na realidade, desde cedo, nós temos recebido aqui, o deputado Hilton certamente, o deputado Targino também me disse, todos nós recebemos diversos procuradores do estado.

Na realidade, versa sobre um projeto de lei que está tramitando nesta Casa em caráter... na convocação extraordinária, que regula os adicionais de sucumbência, porque havia uma indefinição em relação aos adicionais de sucumbência dos processos normais, ou de processos que são oriundos de negociações a partir dos refis, das negociações entre o governo do estado e interessados.

Mas quanto a essa questão, deputado Hilton, fique tranquilo porque já houve conversas com os diversos procuradores no sentido de um entendimento por parte dos procuradores e também do governo do estado, para que possamos votar esse projeto, aqui, por acordo.

Na realidade é uma segurança para o estado, é uma segurança para os procuradores e a gente encontra um caminho que não atrapalhe e que, obviamente, priorize o fundo oriundo dessas recuperações de crédito, muitas vezes através das ações e dos adicionais de sucumbência.

Esse fundo serve para aparelhar melhor a Procuradoria do Estado, mas também garante aos procuradores um adicional de sucumbência pelo trabalho que eles exercem nas ações em que o estado aciona algum devedor.

Então, nesse sentido, eu acho que estamos bem antenados. É natural e é bom que os procuradores conversem com todos os deputados para que possamos chegar a um denominador comum e votar esse projeto com a concordância de todos nós aqui, inclusive de V. Ex.^a, para que a gente possa selar aqui uma combinação de um projeto de lei que tem anuência do DEM, do PT, do Psol, de todos os partidos da Casa, do ponto de vista dos interesses de parte dos servidores do estado.

Então, acho que isso está bem encaminhado. Nós também estamos discutindo bastante os outros projetos com os diversos segmentos organizados, a exemplo: agora à tarde terei uma reunião com as centrais sindicais, que querem conversar com a

liderança do governo para verificar onde nós chegamos com os pontos da PEC. E nos pontos que foram apresentados, na realidade, do 158 para 159, presidente, houve diversas alterações que, sem dúvida alguma, trazem para nós uma reforma da Previdência para o estado da Bahia, que menos impacta o servidor, entre todas as outras que foram já aprovadas ou estão tramitando nos estados.

Só para se ter uma ideia, é lógico que nós não gostaríamos nem de taxar os inativos, mas a reforma da Previdência apresenta uma taxação, no geral, a partir de um salário mínimo. A maioria dos estados colocou a partir de dois, e aqui a Bahia a partir de três salários mínimos, o que vai deixar uma base social de 48% dos servidores do Estado ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fora desse item de pagamento de inativos.

Então era para explicar essa coisa dos procuradores e, também, essa questão...

Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão, já na minha questão de ordem, deputado Targino, porque há essa sessão lá no Tribunal...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas eu vou pedir aqui para verificar e se obviamente tivermos 32 Srs. Deputados, uma vez que há pelo menos uma sintonia de que não há interesse na utilização pelas lideranças partidárias, de repente a gente já poderia ir diretamente para o processo de votação do requerimento obviamente se também, por parte da base de V. Ex.^a, não houver partidos interessados.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, tendo em vista a fala do deputado Hilton Coelho, combinada com a fala do deputado Rosemberg Pinto, eu quero dar ciência que tenho tido, em nome da bancada de oposição, algumas tratativas com a Associação do Procuradores do Estado da Bahia. Ainda hoje, às 13h50, me reuni com 62 procuradores, aqui na sala Herculano Menezes. E trouxe para o plenário uma proposta de acordo com o deputado Rosemberg Pinto para que pudéssemos não votar, Sr. Presidente Nelson Leal, o Projeto de Lei Complementar que trata dos honorários de sucumbência dos procuradores do estado da Bahia.

Esse acordo foi feito. Está assegurado que esse Projeto de Lei Complementar não será votado para a felicidade dos Srs. Procuradores. Não será votado esse projeto nesse período de Convocação Extraordinária. Isso é ponto pacífico já, viu deputado Hilton Coelho?

Quero também dizer ao deputado, em função do que disse aqui o deputado Rosemberg Pinto a respeito da PEC 159, que existe controvérsia. A taxação dos inativos pela PEC 159, infelizmente a reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional prevê a cobrança dos inativos que ganham acima de pouco mais de R\$ 6 mil. E aqui, na Bahia, a nossa PEC quer cobrar dos inativos que ganham acima de 3 salários-mínimos, 14%. E a partir de R\$ 10 mil, aqueles que ganham R\$ 10 mil, 15%. Então não entendi bem a fala do deputado Rosemberg nesse quesito. Porque, na verdade, esse é um retrocesso, onde a reforma da Previdência da Bahia consegue ser mais cruel com aqueles que trabalharam a vida toda, se aposentaram e que estão precisando, justamente

nesse período de vida, de recursos para tantas despesas que só aparecem nesse período, a exemplo de medicamentos.

Às vezes, deputada Fabíola Mansur, faltam a eles R\$ 200,00 para comprar os medicamentos de hipertensão, diabetes, anticoagulantes, remédios para combater a hipercolesterolemia, glaucoma, e outros remédios de uso contínuo. E são remédios que não custam R\$ 200,00 apenas, mas eles se apertam até com os R\$ 200,00. Imagine quem ganha R\$ 6 mil passar a pagar muito mais do que isso, quem ganha R\$ 3 mil passar a pagar muito mais do que isso, deputado Hilton!

Com certeza, vai causar prejuízos de difícil reparação a todos aqueles que estão na inatividade.

Então, eu não entendi bem a fala de V. Ex.^a a respeito disso, porque a reforma aprovada pelo Congresso Nacional prevê a cobrança acima de pouco mais de R\$ 6 mil. Aqui, são três salários mínimos, Excelência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, olhe bem... só para responder, aqui, ao deputado. A reforma da Previdência geral, está na lei ordinária – e já foi sancionada pelo Ex.^{mo} Sr. Presidente da República – que a cobrança aos inativos será a partir de um salário mínimo. Então, todo cidadão aposentado que ganhe acima de um salário mínimo de proventos da aposentadoria terá uma taxação, todos acima de um salário mínimo. Serão isentos os beneficiários...

O Sr. Targino Machado: E alguém ganha menos que um salário mínimo, Excelência?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, por isso que eu estou falando.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputados, Líderes,...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) vou dar uma sugestão a V. Ex.^{as}. Nós temos uma oportunidade longa de debates. E eu queria... aqui tem um requerimento, inclusive foi V. Ex.^a que me enviou, e eu gostaria de ler esse requerimento.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pois não. Depois a gente volta a esse tema.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): A gente vai ter a oportunidade de nos debruçar e nos aprofundar cada vez mais nessa PEC, porque nós, com certeza, já estamos debatendo a Previdência aqui há mais de 6 meses.

Mas, aqui, é o seguinte, tem um requerimento formulado à minha pessoa:

(Lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:*

O Requerimento de Prioridade nº 9636/2020, que Modifica regras relativas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos civis do estado da Bahia e dá outras providências.”

Defiro o requerimento, apresentado pelo deputado Rosemberg Pinto.

Em função de os tempos terem sido suprimidos, em função do acordo, Ordem do Dia.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

(Lê) *“Requeiro, nos termos do art. 181 e seguintes do Regimento Interno, PRIORIDADE para a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional nº 159/2020, de autoria do Poder Executivo, que modifica regras relativas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos civis do Estado da Bahia e dá outras providências.”*

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Já em votação, Excelência?

O Sr. Hilton Coelho: Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Requerimento?!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Requerimento, deputado?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, requerimento, não!

O Sr. Hilton Coelho: Exatamente, o requerimento, ele está sujeito à deliberação. Segundo o art. 133, inciso III, está sujeito à deliberação, portanto, à discussão única nos termos do artigo 148, inciso...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O que é isso, deputado? Vou submeter ao plenário. Agora, V. Ex.^a não tem direito a discutir requerimento, qualquer um dos requerimentos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. Hilton Coelho: Segundo o Regimento...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O Regimento não tem... em nenhum local do Regimento se fala sobre discussão de requerimento. Requerimento, V. Ex.^a pode votar contra ou a favor. Quando for projeto de lei, V. Ex.^a pode discutir.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, vamos passar por cima disso!

Eu quero solicitar a V. Ex.^a uma verificação de quórum de votação,...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Targino Machado: ...na conformidade do Regimento da Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Iremos marcar os 25 minutos regimentais e vamos dar a oportunidade a todos os parlamentares de aqui expressarem a vontade de cada um dos mandatos.

Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu, obviamente, quero concordar com... Não havia essa necessidade, porque já está constando no painel 52 deputados, mas o Regimento prevê isso. E é importante até que a gente defina a quantidade de deputados aqui para não ter nenhuma questiúncula jurídica depois.

Por isso, queria pedir já aos deputados e deputadas que se façam presentes para atender a uma solicitação de quórum de votação, 32 deputados. É a votação do requerimento de prioridade da PEC. Por conta disso, queria pedir a todos os deputados...

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) que se façam presentes neste momento. Venham ao plenário quem está no cafezinho, nos seus gabinetes para que a gente possa atender a esse requerimento, atender à verificação de quórum. Vota-se o requerimento e depois nós vamos ao TRE, prestigiar a posse do novo juiz. Eu acho que todos têm interesse em participar para dar um abraço a esse novo juiz.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a parece que está obstruindo a posse.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, art. 148...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Por favor, som para o deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: (...) do Regimento...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Zerem o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Zerem o painel e marquem os 25 minutos.

Pela ordem, o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Art. 148 do Regimento: “Haverá discussão única para:...

XI - requerimentos sujeitos à discussão;...”

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Certamente para nós... O requerimento só é deliberado em uma única vez. Qualquer requerimento que aqui nós formos votar, de prorrogação de sessão, de prioridade, de urgência, nós temos a oportunidade de votar em uma única vez, apenas.

O Sr. Hilton Coelho: À revelia do Regimento, porque, para mim, está claro aqui no art. 148: “*Haverá discussão única para:...*

XI - requerimentos sujeitos à discussão;...”. E o art. 133 define, no seu inciso III, que o de prioridade está entre os requerimentos sujeitos a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Hilton Coelho, abra aí, por favor, no art. 133.

O Sr. Hilton Coelho: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (Lê) “*ART. 133 - Estão sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos de:*

I - retirada de proposição após emissão de parecer;

II - preferência;

III - prioridade;

IV - urgência;

V - destaque para votação;

VI - encerramento de discussão em regime de urgência;

VII - prorrogação de sessão;

VIII - convocação de Secretários...

Parágrafo único - Os requerimentos enumerados nos incisos VII e seguintes serão escritos, enquanto os demais poderão ser formulados oralmente, sendo que os constantes dos incisos VIII a XII comportam discussão, não admitidas nos

demais. "Estamos falando sobre um requerimento de prioridade, que é o inciso III, que não admite discussão. O Regimento é claríssimo nesse sentido.

O Sr. Hilton Coelho: Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a sempre atento. Estamos aqui sempre às ordens para solucionar qualquer indagação.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Targino Machado e Rosemberg Pinto. Convido todos os deputados que estejam em quaisquer dependências deste Poder para que se façam presentes ao Plenário. Já temos a presença de 31 Srs. Parlamentares.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, pela ordem, com grande satisfação, enquanto chega o último orador, eu queria aproveitar a oportunidade para pedir ao Ministério Público do Estado da Bahia que intervenha no Rio Tiju, que é um rio que abastece uma barragem, no território de Irecê, Sr. Presidente, que abastece diversos municípios como Mulungu do Morro, como Souto Soares, como Canarana. As águas dessa barragem, desse rio que abastece essa barragem do Rio Tiju estão sendo desviadas para irrigação, isso está comprometendo a barragem...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já tem quórum.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Já deu quórum? Então, tudo bem. Abraço.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jacó, como já tem quórum vou submeter à votação o requerimento de prioridade formulado pelo Líder Rosemberg Lula Pinto. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição aqui presentes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Cite os nomes.

O Sr. Targino Machado: Nomine os deputados que estão se manifestando, porque há controvérsias.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino Machado, deputado Capitão Alden, deputada Kátia, deputada Talita, deputado Zé de Arimateia, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Capitão Alden: Meu voto é contrário, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já registrei.

Fica prejudicado o requerimento do deputado Rosemberg que convocava a sessão para votar a prioridade e como não tem mais nenhuma matéria constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.